

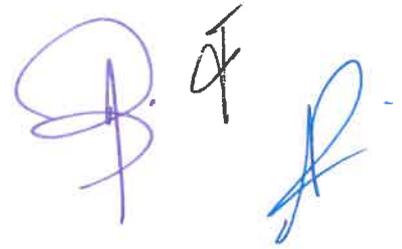
RELATÓRIO E CONTAS



2021



Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM



“A Água é um direito humano. Ninguém deve ter acesso negado”

António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
QUEM SOMOS.....	7
MISSÃO.....	8
VISÃO.....	8
VALORES.....	8
CADEIA DE VALOR.....	8
POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE.....	8
ÓRGÃOS SOCIAIS E ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO.....	9
ASSEMBLEIA GERAL.....	9
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	9
FISCAL ÚNICO.....	10
CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	10
ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO.....	10
ENQUADRAMENTO.....	11
CONTEXTO MACROECONÓMICO.....	11
ZONA EURO.....	11
PORTUGAL.....	11
O SECTOR DA ÁGUA.....	12
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	13
O SISTEMA.....	13
GESTÃO DA ÁGUA.....	14
INVESTIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA.....	14
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS:.....	15
PROJETO COVILHÃ SOLAR.....	15
APROVEITAMENTOS MINI-HÍDRICOS.....	16
GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS.....	16

JARDIM DAS ARTES.....	16
ENERGIA FOTOVOLTAICA.....	17
ENERGIA MINI-HÍDRICA.....	17
RESUMO DAS INTERVENÇÕES.....	17
OBJETIVOS PARA 2021 E ANOS SEGUINTE.....	19
PERSPETIVAS FUTURAS.....	20
AQUISIÇÕES E SERVIÇOS.....	21
SETOR ENERGIAS RENOVÁVEIS.....	21
ATIVIDADES RELACIONADAS COM O AMBIENTE.....	22
COMUNICAÇÃO E IMAGEM.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
ACTIVIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA.....	23
POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS.....	25
APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	26
AS CONTAS.....	26



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nos termos dos estatutos e da legislação aplicável vem o Conselho de Administração da ICOVI, E.M., apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2021. O ano de 2021 ficou marcado pela continuidade da pandemia inerente à COVID-19 e consequentemente pelos diversos constrangimentos ao nível da sociedade e da economia, que condicionaram e transformaram fortemente o funcionamento das organizações.

A ICOVI, continua a ser, um valioso aliado da Câmara Municipal da Covilhã na prossecução dos interesses do Município, nomeadamente na sua esfera de ação, conforme a visão do Conselho de Administração, nomeadamente na gestão da rede de água em alta, com vista à sua melhor adequação às necessidades e ao ganho de robustez dos sistemas da sua alçada. A empresa apresenta um resultado Líquido negativo de 257.713,59 euros, o qual incorpora o resultado da sua participada em 51% - Águas da Covilhã, E.M.

O Conselho de Administração continua a desenvolver esforços no sentido de poder garantir formas de financiamento comunitário e da Administração Central para poder candidatar a construção da Barragem da Ribeira das Cortes, por considerar ser a

estrutura que traria maior resiliência ao abastecimento de água à população, em quantidade e qualidade para a região.

A ICOVI, tem a determinação firme de continuar a ser um parceiro fiável, dinâmico e com elevado valor acrescentado para os seus diversos stakeholders, desde os seus colaboradores ao acionista. Como empresa cuja principal atividade é na área do ambiente, pretendemos ainda implementar soluções que possam dar resposta às mais importantes questões do presente, com a preservação do meio ambiente à cabeça, garantindo o abastecimento de água às populações com elevada qualidade.

No abastecimento de água há a destacar a elevada fiabilidade do sistema que garantiu sempre o abastecimento de água em quantidade e com elevada qualidade. O controlo da qualidade da água foi feito atendendo a todas as disposições legais, devidamente aprovado pela ERSAR, tendo sido verificados dois incumprimentos em um parâmetro, prontamente resolvido, o que representa um nível de cumprimento superior a 99,9%.

O Jardim das Artes, um dos ex-libris da cidade, tem um bar/esplanada, permitindo assim servir os cidadãos que frequentam este espaço nobre. Também a manutenção do espaço foi acautelada, com intervenções regulares na manutenção dos espaços verdes e a correção dos problemas existentes.

Por fim, deve-se ainda destacar a colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã em diversas áreas, com vista à procura de soluções eficazes que melhor possam perseguir o interesse público e paralelamente criar sinergias inovadoras.

O Presidente do Conselho de Administração,



Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Dr.



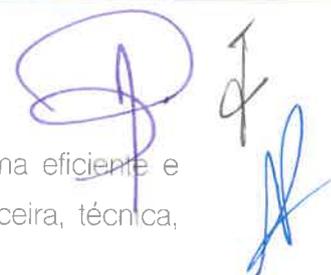
QUEM SOMOS

Constituída em 30 de junho de 2008 para responder, com eficácia, aos grandes desafios do setor do ambiente, a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M., é uma pessoa coletiva pública, empresa municipal dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com capitais exclusivamente públicos na superintendência da Câmara Municipal da Covilhã. A empresa tem como principal objeto a gestão, construção, conservação e exploração dos serviços municipais do fornecimento de água em alta para consumo humano, bem como a gestão, construção e conservação de infraestruturas e concessões, na área do Município da Covilhã.

Em janeiro de 2009, foi deliberado pelo Município da Covilhã, proceder ao parqueamento da participação social de 51% do capital social da empresa ADC – Águas da Covilhã, E.M., na ICOVI, E.M., com capital 100% do Município da Covilhã.

MISSÃO

Prestar um serviço público de abastecimento de água em alta de forma eficiente e inovadora, contribuindo de forma sustentável a nível económica, financeira, técnica, social e ambiental.



VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor do ambiente, de forma a promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

VALORES

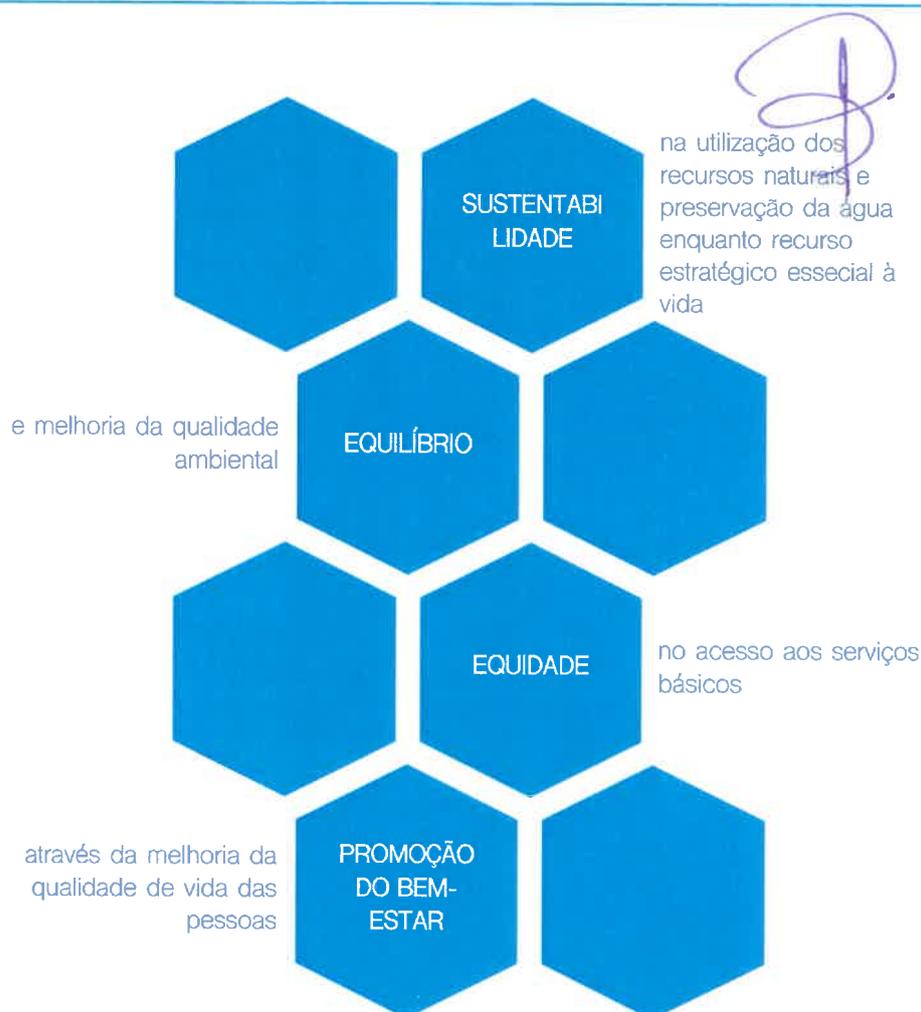
- Sustentabilidade na utilização dos recursos naturais
- Preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida
- Equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental
- Equidade no acesso aos serviços básicos
- Bem-estar através da melhoria da qualidade de vida

CADEIA DE VALOR

Na persecução dos seus objetivos, a ICOVI, tem conseguido ajustar-se às imposições da Entidade Reguladora, que cada vez mais estabelece critérios de exigência em termos de controlo analítico e planos de monitorização da qualidade da água para consumo humano mais rigorosos, bem como continua aposta na manutenção assídua do sistema de tratamento necessário para a qualidade da água, através de um serviço que resulta da promoção da melhoria contínua, com a satisfação pessoal e profissional dos colaboradores, numa ótica de sustentabilidade dos recursos naturais e promoção do desenvolvimento regional.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A ICOVI tem a sustentabilidade presente no seu negócio, é um compromisso no desenvolvimento da sua atividade, de interface com a sociedade e o ambiente, constituindo para a resolução de questões que melhorem a vida das populações.



ÓRGÃOS SOCIAIS E ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A ICOVI, dispõe, para o desenvolvimento da sua atividade, uma estrutura organizacional em órgãos sociais que assenta a sua atuação em função das orientações estratégicas definidas. Do ponto de vista dos níveis organizacionais estão implementados três níveis:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	David Fontes Neves
1.º Vice-Presidente	Jorge Manuel Galhardo de Matos Vieira
2.º Vice-presidente	Júlio Manuel de Sousa Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vogal	Nuno Filipe Abreu Pedro
Vogal	Jorge Manuel Afonso Gomes

FISCAL ÚNICO

Cruz Martins & Associados, SROC, LDA

Representada por Américo Pereira de Abreu, ROC

Fiscal Único Suplente Sofia Salvado Martins, ROC

CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

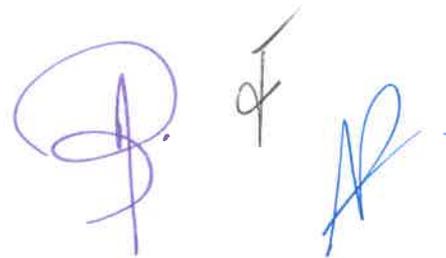
A empresa não tem dívidas à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública.

ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

A ICOVI, encontra-se estruturada em áreas funcionais de apoio à implementação das orientações da tutela sectorial e financeira e à gestão da empresa, centrando a sua atuação na sustentabilidade social, ambiental, técnica e económico-financeira; no relacionamento com os vários stakeholders; na otimização dos recursos de capital e humanos e na excelência.



ENQUADRAMENTO CONTEXTO MACROECONÓMICO¹



ZONA EURO

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação, o crescimento apresenta uma moderação, mas espera-se que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Embora a crise da COVID-19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estima-se que o défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projeta-se que continue a cair para 3,2% em 2022.

A inflação registou nova subida, situando-se em 4,9% em novembro de 2021, espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decraça no decurso de 2022, sendo as projeções macroeconómicas da inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022 e 1,8% em 2023.

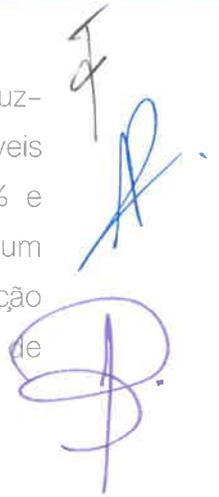
PORTUGAL

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação. A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia.

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento da economia portuguesa de 4,8% em 2021 e de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado

¹ Fontes: *FMI World Economic Outlook*; *European Commission Economic Outlook*; *Boletim Económico do Banco Portugal*; *Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu*, Eurostat e INE.

em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.



O SECTOR DA ÁGUA

A água é essencial à vida, tanto do ponto de vista estritamente biológico, para consumo humano, como para a produção alimentar e manutenção dos sistemas de salubridade.

Globalmente, o acesso a fontes de água potável está identificado como um dos principais riscos tanto do ponto de vista da paz, como do ponto de vista do crescimento económico. Os riscos são, portanto, muito elevados, agudizados em países com pouco acesso a fontes naturais de água. De facto, em alguns países do Pacífico, verifica-se mesmo já uma elevada escassez do recurso devido ao aumento da população que originou, em muitos casos, uma sobre exploração dos aquíferos disponíveis. A título de exemplo, a Indonésia está a delinear planos para a mudança da sua capital devido à sobre exploração de aquíferos de origem subterrânea.

Tornam-se, por isso, mais importantes ainda todos os planos que permitam por um lado um acesso maior ao recurso, mas, mais importante, a efetiva implementação de políticas de utilização racional de um recurso que sabemos limitado. O tratamento de águas residuais para posterior reutilização está à cabeça das políticas que importa implementar, pela sua elevada eficiência em termos de preservação do recurso água.

Em Portugal a ERSAR publica anualmente os dados relativos à qualidade da água, que indiciam a elevada qualidade da água e do serviço prestado em Portugal.

Os últimos dados conhecidos indicam o nível de excelência com indicador de água segura na ordem dos 99%, (98,66%) das análises realizadas em Portugal não

apresentavam qualquer incumprimento, e que 96% dos alojamentos em Portugal têm acesso a abastecimento de água, enquanto 83% têm acesso a drenagem de águas residuais. Ainda assim há aspetos a melhorar e existem riscos que estão identificados e que urge abordar: a intensificação dos fenómenos meteorológicos extremos, com períodos de seca mais frequentes e prolongados aconselha a que a capacidade de captação e armazenagem de água seja aumentada, e por outro a elevada idade de algumas das infraestruturas existentes obrigam a delinear um plano abrangente que vá permitindo a progressiva substituição de redes.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Com o presente Relatório de Gestão, em cumprimento do previsto na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração da ICOVI, E.M. visa referir os aspetos mais relevantes das atividades da empresa no ano de 2021. A atuação da empresa, nos diferentes campos de intervenção, tem como objetivos fundamentais a otimização dos resultados operacionais e a racionalização de custos, garantindo ao mesmo tempo um serviço de qualidade superior, tendo sempre em linha de conta o enquadramento macroeconómico.

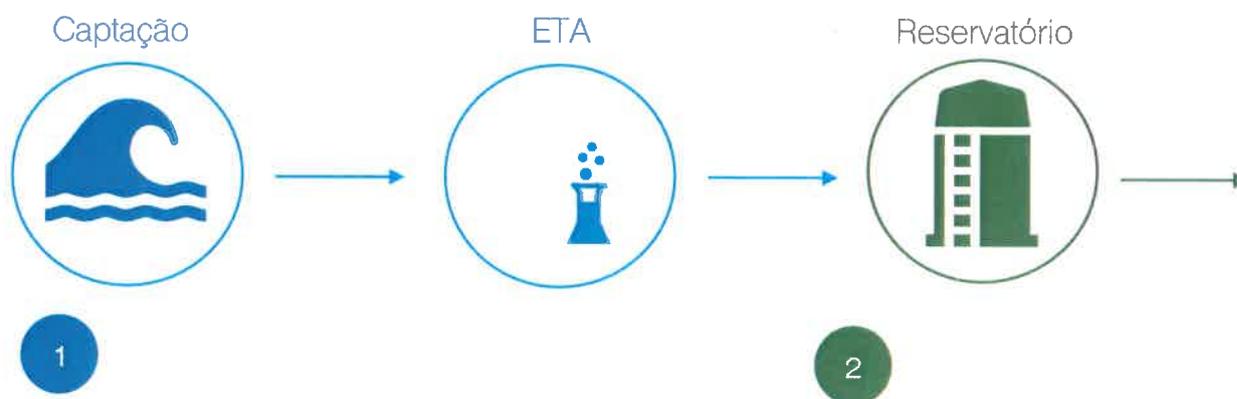
O SISTEMA

O abastecimento de água em alta no concelho da Covilhã é feito através de 9 subsistemas, com 31 reservatórios em alta com uma capacidade total de armazenamento de 18.645 m³, com 21 pontos de entrega e 27 origens próprias dos diferentes subsistemas de abastecimento cobrem 93,83% e servem 93,33% da população. O maior subsistema de abastecimento tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato e fornece água a 53% dos habitantes do concelho. Os outros subsistemas dependem quase exclusivamente de captações de água subterrâneas: poços e minas. A primeira fase do projeto de abastecimento de água em alta ao Concelho da Covilhã, a qual incluiu a beneficiação da ETA das Penhas da Saúde e a construção de cerca de 25 Km de novas condutas adutoras e seis novos reservatórios, foi concluída em dezembro de 2015, entrando em serviço durante o ano de 2016.

A segunda fase do projeto, atualmente em desenvolvimento, incluirá a nova Barragem da Ribeira das Cortes, uma nova ETA e o respetivo sistema adutor.

GESTÃO DA ÁGUA

A principal atividade da ICOVI é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo as seguintes fases, a captação, passando pelo tratamento e a distribuição em alta de água para consumo público.



Captação >

Recolha de água, superficial ou subterrânea, no meio hídrico.

Tratamento >

Correção das características físicas, químicas e bacteriológicas da água de forma a torná-la adequada para o consumo humano.

Adução >

Armazenamento >

Armazenamento de água de forma a assegurar a continuidade do abastecimento.

INVESTIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

– Reparação de caudalímetros ETA, R012 e R104; reparação de atuador ETA; substituição secador de ar ETA; substituição de areia dos filtros gravíticos de areia; normalização do funcionamento da válvula altimétrica R101; reposição do funcionamento dos sistemas autónomos de produção de energia elétrica no R102 e R104);

– Elaboração de estudos e projetos relativos à normalização de requisitos exigidos pelas entidades competentes relativamente à Barragem da Cova do Viriato (nomeadamente Proposta de Classificação da Barragem, Antepiano de Observação da Barragem, Reabilitação da Rede de Drenagem da Galeria de visita).

Levantamento da atual situação da infraestrutura (para efeitos de futura monitorização programada conforme Antepiano/plano de Observação a adotar. Intervenção ao nível da conservação da infraestrutura (reposição da iluminação da galeria de visita, levantamento de patologias existentes);

- Definição de procedimento tipo adotar para operação da descarga de fundo da barragem Cova do Viriato;
- Reativação dos projetos existentes (ainda válidos) e respetivo licenciamento, nomeadamente do projeto ambiental, levantamento da informação existente/ponto de situação da Barragem da Ribeira das Cortes;
- Estudo e análise técnica da sobreposição de áreas relativas ao processo de classificação da Tapada do Dr. António versos área a afetar pela construção da futura barragem da Ribeira das Cortes;

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS:

- Jardim das Artes; procedimento de receção definitiva de equipamentos;
- Projeto de abastecimento de água em alta ao concelho da Covilhã (fase 1); procedimento de receção definitiva de equipamentos;

PROJETO COVILHÃ SOLAR

A ICOVI foi a entidade responsável pela implementação do Projeto Covilhã Solar, que visa a promoção do consumo e produção de energia elétrica solar, possibilitando a diversas entidades do Concelho da Covilhã aceder a esta forma de energia, bem como poupar na fatura proveniente do aquecimento de águas sanitárias. Foi assim possível colocar diversas instalações deste tipo em diversas estruturas dispersas por todo o Concelho da Covilhã.

Estando a terminar o período de amortização dos financiamentos, e atendendo ao facto de uma gestão de proximidade bem como potenciar os benefícios deste projeto, já foram adquiridas pela ADC - Águas da Covilhã, E.M., as instalações presentes em reservatórios sob sua gestão. Este é um processo que se pretende intensificar durante o próximo ano, com outras entidades, nomeadamente acordo já alcançado com os Unidos do Tortosendo.

Designação	Propriedade	Localidade			
ICOVI – sede	Municipal	Tortosendo	Escola Básica 1º Ciclo e ATL "Central"	Municipal	Covilhã
Unidos Futebol Clube do Tortosendo	Privada	Tortosendo	Escola Básica 1º Ciclo dos Penedos Altos	Municipal	Covilhã
Junta de Freguesia Cortes do Meio	Privada	Cortes do Meio	Escola Básica 1º Ciclo do Refúgio	Municipal	Covilhã
Junta de Freguesia Orjais	Privada	Orjais	Escola Básica 1º Ciclo da Vila do Carvalho	Municipal	Covilhã
Centro Social Comunitário do Peso	Privada	Peso	Escola Básica 1º Ciclo da Aldela do Souto	Edifício da Junta	Aldela de Souto
Associação Juventude do Peso	Privada	Peso	Jardim de Infância- Alampada	Municipal	Covilhã
Escola Básica 1º Ciclo Peraboa	Municipal	Peraboa	EPABI - Pavilhão Pré Fabricado	Municipal	Covilhã
Escola Básica 1º Ciclo Jardim Ferro	Municipal	Ferro	Seca do Grupo Educação e Recreio Campos Melo	Privada	Covilhã
Escola Básica Teixoso/Sala de Delicentes - A Cantina Peso	Municipal	Teixoso	Centro de Dia de Cantar Galo	Privada	Covilhã
Escola nº2 Engº Francisco Lobo Vasconcelos	Municipal	Peraboa	Grupo Desportivo e Recreativo Unidos Lameirão	Privada	Covilhã
CMC - Arquivo Municipal	Municipal	Covilhã	Freguesia Sarzedo	Privada	Sarzedo
Escola Básica 1º Ciclo Coutada	Municipal	Coutada	Junta Freguesia Barco	Privada	Barco
Escola Básica 1º Ciclo Peso	Municipal	Peso	Piscinas Barco	Privada	Barco
Junta de Freguesia Peso	Privada	Peso	Escola Básica 1º Ciclo da Feira - Tortosendo	Municipal	Tortosendo
CMC - Piscina Penedos Altos	Municipal	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo "8 e a Neve"	Municipal	Covilhã
CMC - Central de Camionagem	Municipal	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo (Edifício Cantina)	Municipal	Teixoso
CMC - Biblioteca Municipal	Municipal	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Santo António	Municipal	Covilhã
Associação Junta Freguesia Ourondo	Privada	Ourondo	Escola Básica 1º Ciclo Montes Hiermínios	Municipal	Tortosendo
Escola Básica 1º Ciclo Barco	Municipal	Barco	Escola Básica 1º Ciclo Boidobra	Municipal	Covilhã
Escola Básica 1º Ciclo Casegas	Municipal	Casegas	Escola Básica 1º Ciclo Orjais	Municipal	Orjais
Escola Básica 1º Ciclo Erada	Municipal	Erada	Escola Básica 1º Ciclo Vale Formoso	Municipal	Covilhã
Associação Solidariedade Sobral S.Miguel	Privada	Sobral S. Miguel	Escola Básica 1º Ciclo Verdelhos	Municipal	Verdelhos
Junta de Freguesia Unhais da Serra	Privada	Unhais da Serra	Centro Social Cultural Verdelhos	Privada	Verdelhos
Jardim Infância Teixoso	Privada	Teixoso	CCD Estrela do Zezere Boidobra	Privada	Boidobra
CMC - Sala de Formação	Municipal	Ferro	Escola Básica 1º Ciclo S.Jorge da Beira	Municipal	M. da Panasqueira
Sport Club Estrela da Pousadinha	Privada	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Dominguiso	Municipal	Dominguiso
Junta de Freguesia Cantar Galo	Privada	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Paúl	Municipal	Paúl
Junta de Freguesia Boidobra	Privada	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Vales do Rio	Municipal	Vales do Rio
Recinto Desportivo S. Jorge da Beira	Privada	M. da Panasqueira	Escola Básica 1º Ciclo Unhais da Serra	Municipal	Unhais da Serra
Pavilhão Polidesportivo Cortes do Meio	Privada	Cortes do Meio	Jardim de Infância Peso	Municipal	Peso
			Jl / Escola Básica 1º Ciclo Barroca Grande	Municipal	Francisco Assis
			Pavilhão Polidesportivo Vales do Rio	Privada	Vales do Rio

APROVEITAMENTOS MINI-HÍDRICOS

Este projeto de parceria com a Siemens não sofreu grandes desenvolvimentos durante o ano de 2021. No entanto, com a conclusão do período de 5 anos sobre o investimento na Primeira Fase de Abastecimento ao Concelho da Covilhã, começam a verificar-se as condições que permitiram implementar uma solução deste tipo, pelo que se devem retomar os esforços para verificar a viabilidade desta solução.

GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

Em 30 de Junho de 2015 foi celebrado um Contrato Programa entre o Município da Covilhã e a ICOVI para a gestão de Infraestruturas Municipais ligadas ao desporto, cultura e lazer. Desde então e até ao final do ano de 2019, em que, por decisão tomada pela Câmara Municipal, o referido Contrato Programa foi revogado, a ICOVI tem vindo a gerir apenas o Jardim das Artes.

JARDIM DAS ARTES

O Jardim das Artes, espaço verde interativo e moderno, situado na zona nova da cidade, o jardim abarca um espaço de lazer, com 18 mil metros quadrados. Plantado junto à rua Centro de Artes, próximo do Serra Shopping, dispõe de um percurso

pedonal de 840 metros quadrados envolvido por uma vasta zona verde com um jardim de esculturas. Este espaço, possui o maior parque infantil do concelho, uma cafetaria com esplanada que teve abertura ao público no ano 2019, centro de atividades físicas para adultos, skate parque, espelho de água e uma área com 400 lugares sentados para atividades culturais. Este espaço é ideal para famílias com filhos pequenos, mas não só, pois foi projetado tendo em conta as diferentes etapas da vida dos cidadãos. Todo o jardim disponibiliza acesso gratuito à Internet, via wireless wi-fi.

ENERGIA FOTOVOLTAICA

Quanto às restantes entidades, cuja dívida total é de 103.984,18 euros, apesar da mora ser significativa, entende-se que estão reunidas as condições para a sua recuperação. De facto, têm sido desenvolvidos esforços para acordar com estas entidades a definição de planos de pagamento para cobrança das dívidas existentes e concretizar a venda dos equipamentos de produção de energia.

ENERGIA MINI-HÍDRICA

O processo de avaliação do potencial deste tipo de energia deve ser retomado, uma vez que, o horizonte temporal em que ele se poderá efetivamente implementar está a aproximar-se. Estando neste momento suspenso, nos próximos anos devem ser recuperados os estudos já feitos e intensificar a procura de soluções para a sua implementação.

RESUMO DAS INTERVENÇÕES

- Empreitada de Regularização de Plataforma de Circulação, com um valor de 33 milhares de euros (40.590,00 euros com IVA). Esta teve como objetivo a regularização de uma plataforma de circulação numa extensão de 1.30Km com 3m de largura, com execução de 10 aquedutos de 5m de comprimento e 40cm de diâmetro cada, para drenagem das águas pluviais de forma a garantir a o encaminhamento de linhas de água existentes.
- Prestação de serviços para a reposição em toda a sua extensão das vedações dos reservatórios R102 e R104.
- Contratação de serviços de promoção do consumo racional da água, junto de uma rádio local, com um custo total de 9.900 euros (12.177,00 euros com IVA),



com execução em 2021 e em 2022. A consulta dos dados e previsões disponibilizados pelo IPMA para Portugal Continental quanto à precipitação e temperaturas médias permitiu antever dificuldades na disponibilidade de água durante os meses de verão de 2021. Assim, no âmbito das competências estatutárias da ICOVI – Infraestruturas e concessões da Covilhã E.M. é importante prevenir, na medida do possível, essas dificuldades, salvaguardando o interesse público e os interesses gerais da população da Covilhã. Com efeito, embora seja de senso comum que consumo de água deve ser racional e parcimonioso, interessa divulgar à população da forma mais ampla possível a necessidade do uso racional da água disponível. É da experiência dos serviços desta empresa municipal que a utilização de meios publicitários que promovam a utilização racional da água se tem mostrado eficiente. Para a campanha de promoção do consumo racional da água devem ser seguidos os seguintes objetivos: comunicação eficaz com os munícipes; divulgação de informação de interesse dos munícipes; divulgação de atividades e eventos de interesse dos munícipes; entre outros.

- Contratação de serviços para controlo analítico da qualidade da água no concelho da Covilhã, para o ano de 2022, com custo total de 20.910,00 euros. A ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM, enquanto entidade gestora em alta de água para consumo humano, no concelho da Covilhã, tem obrigação de assegurar a qualidade da água nos pontos de entrega (PE) à entidade gestora em baixa, de acordo a legislação vigente. Dado o exposto foi necessária a aquisição de serviços para o controlo analítico da qualidade da água no concelho da Covilhã, para garantir o cumprimento do PCQA 2021 e a implementação de programa de monitorização operacional no sistema de abastecimento em alta.
- Contratação de serviços para elaboração, por parte do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), do relatório relativo à definição das redes de drenagem e piezométrica da fundação da Barragem da Cova do Viriato. O custo foi de 5.100 euros (6.000 euros com IVA);
- Elaboração de anteprojecto para instalação de estação meteorológica junto à Barragem da Cova do Viriato;
- Projecto para reposição de rede eléctrica no corpo principal/açude da portela da barragem da Cova do Viriato;

- Projeto para instalação de sistema de videovigilância na barragem da Cova do Viriato;
- Elaboração, por parte do Departamento Técnico da ICOVI, dos Procedimentos Simplificados de Emergência da Barragem da Cova do Viriato;
- Acompanhamento do processo relativo à receção definitiva da Empreitada “Projeto de Abastecimento de Água em Alta ao concelho da Covilhã – Fase I: execução de condutas e reservatórios”;
- Estudo para implantação de um conjunto de bocas de incêndio a instalar nas condutas adutoras existentes na encosta da Serra da Estrela, na vertente voltada para a cidade da Covilhã;
- Execução de levantamento topográfico da área onde se prevê construir a futura barragem da Ribeira das Cortes.

OBJETIVOS PARA 2022 E ANOS SEGUINTE

Concentrada na sua missão e na sua visão, a ICOVI continuará a desenvolver a sua atividade, num quadro de universalidade e de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, com maior foco no aumento do seu negócio, assente na consolidação financeira e na eficiência de exploração, que têm vindo a conseguir-se. Apresentam-se as seguintes atividades, a concretizar durante o próximo ano e seguintes, na sequência dos objetivos plasmados nos estatutos da empresa, em desenvolvimento desde o seu início de atividade, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das missões afetas ao abastecimento de água em alta, na implementação e dinamização de projetos na área das energias renováveis, na gestão das infraestruturas municipais e, finalmente, na divulgação da sua missão e projetos junto das populações que pretende servir.

- Controlar a qualidade da água fornecida com vista ao cumprimento rigoroso de legislação em vigor, através do PCQA, aprovado pela ERSAR;
- Desenvolver e implementar o Plano de Segurança da Água (PSA) para todos os subsistemas de abastecimento de água em alta no concelho da Covilhã;
- Revisão e estabelecimento de um novo Plano de Contingência a ser aplicado a fenómenos meteorológicos extremos, envolvendo as diversas entidades municipais e de Proteção Civil.

- Melhorar o processo de monitorização do tratamento de água para abastecimento;
- Elaborar e implementar o plano de prevenção e manutenção das infraestruturas existentes;
- Potenciar a redução do consumo de energia das infraestruturas existentes;
- Promover e manter os diferentes sistemas elencados na alínea b) do n.º 5 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, nomeadamente:
 - Implementação num programa de monitorização das infraestruturas e desencadear e implementar um PGI.



- Um sistema de garantia de qualidade do serviço prestado aos utilizadores
- Um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas
- Um sistema de gestão de segurança
- Um sistema de gestão ambiental

PERSPETIVAS FUTURAS

Considerando os desenvolvimentos recentes da pandemia, espera-se que os efeitos negativos da epidemia provocada pelo vírus Covid-19 tenham menor impacto sobre a economia, quando comparado com o ano de 2020. A guerra entretanto iniciada na Ucrânia tem tido um efeito muito negativo sobre as economias europeias. O ano de 2022, com o que se conhece hoje, será marcado por grande instabilidade, destacando-se a escassez de alguns bens e as elevadas taxas de inflação, que deverão condicionar também a atividade da ICOVI.

Salienta-se alguns investimentos programados para o ano 2022:

- Desenvolver o "Projeto de Abastecimento de Água em Alta ao Concelho da Covilhã Fase II", o qual inclui a execução da nova barragem da Ribeira das Cortes, a nova ETA da Varanda dos Carqueijais e o respetivo sistema adutor de interligação.

Entre as infraestruturas referidas, nomeadamente com a elaboração do projeto de execução, das peças de procedimento e respetivo lançamento e condução do procedimento de contratação pública, bem como, paralelamente, proceder à instrução de candidatura a financiamento público, assim que tal seja possível através da abertura de candidaturas respetiva;

- Desenvolvimento de projeto/candidatura/execução da conduta adutora entre o R105 e o R51 Peso;
- Lançamento da empreitada de reabilitação dos reservatórios existentes em alta, bem como avaliação/readaptação do sistema de tratamento existente nos mesmos (quando aplicável), com correspondente elaboração de projeto e implementação de um sistema de GPI;
- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito do Abastecimento de Água em Alta.
- Execução de trabalhos diversos de reparação/melhorias na ETA das Penhas da Saúde;
- Execução de novas ligações hidráulicas, para reforço de emergência da disponibilidade hídrica do sistema de abastecimento (plano de contingência);
- Execução de trabalhos de reabilitação de reservatórios/sistemas de tratamento de acordo com as exigências do Plano de Segurança da Água (PSA).

AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

- Aquisição de diverso software necessário para a execução e acompanhamento de projeto;
- Aquisição de equipamento de comunicação/telegestão para as diferentes áreas de intervenção da empresa municipal;
- Aquisição de sistema de informação geográfica (SIG) para gestão global de infraestruturas associadas à empresa municipal ICOVI;
- Aquisição de serviços adicionais de controlo analítico para caracterização da água bruta e avaliação do sistema de tratamento de cada subsistema existente, no âmbito do PSA.

SETOR ENERGIAS RENOVÁVEIS

- Desenvolvimento/concretização dos estudos relativos à possibilidade de aproveitamentos hidroenergéticos ao longo do sistema de abastecimento de água em alta ao município da Covilhã, em colaboração/parceria com a SIEMENS S.A.;
- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito das Energias Renováveis;
- Monitorização e funcionamento dos sistemas de microgeração instalados;
- Proceder à realização de candidaturas a fundos disponíveis para criação de Parques Eólicos no Concelho da Covilhã

ATIVIDADES RELACIONADAS COM O AMBIENTE

- Proceder à instrução, submissão e execução (em caso de aprovação) de candidaturas a financiamento público relacionadas com o Ambiente;

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

- Implementação junto das populações de ações de educação, de sensibilização ambiental e de utilização responsável da água junto da comunidade;
- Desenvolvimento e implementação da atualização da imagem institucional da ICOVI, EM, nomeadamente pela implementação de ferramentas eletrónicas de acesso à informação da empresa municipal através do seu site, dando cumprimento às exigências legais e institucionais, melhorando a transparência e o acesso à informação.
- Planeamento e implementação de uma campanha que vise a promoção da frequência e utilização das infraestruturas municipais sob gestão da ICOVI, EM, nomeadamente o Jardim das Artes, fomentando a prática desportiva e a aquisição de hábitos de vida saudáveis da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração congratula-se pela colaboração de todos os que contribuíram para o desempenho operacional e financeiro da ICOVI, ao desenvolvimento das atividades realizadas em 2021 ao nível das obras e da exploração, com os recursos operacionais e humanos próprios necessários, recorrendo ao apoio transversal da Câmara Municipal da Covilhã e ADC – Águas da Covilhã, EM, bem como a prestações de serviços específicas, durante o ano de 2021, destacando:

- as trabalhadoras e trabalhadores, pela dedicação, competência e profissionalismo;
- os gestores das empresas, que prosseguem e concretizam diariamente, a nossa missão comum;
- os membros dos órgãos sociais, pela colaboração prestada;
- ao acionista, pelas orientações, pelo empenho, pela confiança e pelo apoio concedidos;
- os clientes, parceiros privados e instituições financeiras, pela renovada confiança;
- a Entidade Reguladora, pela disponibilidade e colaboração;
- as entidades oficiais nacionais e internacionais do setor do ambiente;

ATIVIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA

Tendo em conta a evolução dos rendimentos e dos gastos, no exercício verificou-se um aumento do EBITDA em 15.301,78 euros, tendo atingido 520.370,85 euros em 2021 e 505.069,07 euros em 2020.

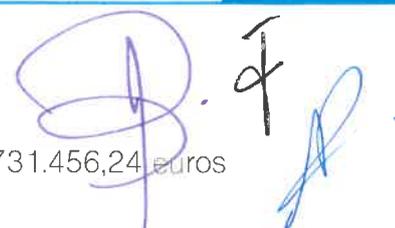
Nos rendimentos destacam-se as rubricas:

1. “Vendas e serviços prestados” no valor de 898.293,76 euros (854.561,39 euros em 2020).
2. “Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” no valor de 45.587,43 euros (151.977,25 euros em 2020). Trata-se da imputação da participação da ICOVI nos resultados da sua participada ADC. A redução face ao ano anterior resulta da evolução desfavorável dos resultados da ADC em 2021 face a 2020;
3. “Outros rendimentos”, no valor de 306.247,93 euros (298.498,97 euros em 2020). Esta rubrica reflete essencialmente a imputação de subsídios para investimentos (cerca de 290 milhares de euros em cada um dos anos).

Nos gastos destacam-se as rubricas:

1. “Fornecimentos e serviços externos”, no valor de 236.067,07 euros (227.801,34 euros em 2020). Não existem variações relevantes, sendo de destacar o peso dos trabalhos especializados (53% em 2021 e 45% em 2020) e a conservação e reparação (19% em 2021 e 29% em 2020);
2. “Gastos com o pessoal”, que evoluíram positivamente, tendo atingido 425.043,80 euros (440.947,10 euros em 2020). Reflete uma redução ainda que ligeira da estrutura de pessoal;
3. “Juros e gastos similares suportados”, no montante de 78.645,15 euros (43.326,84 euros em 2020).

Refere-se que os financiamentos estiveram abrangidos pelo regime de moratórias em vigor durante a pandemia (terminou em setembro de 2021).



No ativo destacam-se as seguintes rubricas:

1. O ativo corrente totaliza a quantia de 1.968.158,07 euros (1.731.456,24 euros em 31/12/2020);
2. Os “Clientes”, no valor de 318.708,43 euros (204.882,05 euros em 31/12/2020). Cerca de 100% é relativo a ADC;
3. Os “Inventários” no valor de 935.213,43 euros (935.213,43 euros em 31/12/2020), que resultaram de trabalhos realizados em 2017 e 2018 em infraestruturas pertencentes ao Município da Covilhã, em que a ICOVI foi a responsável pela sua execução ao abrigo de protocolos celebrados entre estas entidades, cuja faturação ao Município está ainda pendente. A expectativa da Administração é que, a faturação ao Município da Covilhã e correspondente cobrança ocorra em 2022;
4. Os “Outros créditos a receber”, no valor de 179.991,60 euros (125.024,34 euros em 31/12/2020). Nestas quantias, destacam-se as dividas seguintes:
 - a. Entidades abrangidas pelo programa Covilhã Solar, no valor de 84 milhares de euros (83 milhares de euros em 31/12/2020). Apesar da antiguidade de alguns valores, é expectativa da administração recuperar grande parte deste valor, como já referido neste relatório.
 - b. Uma entidade prestadora de serviços, cuja dívida a receber ascende a 69 milhares de euros. A realização desta dívida está dependente do cumprimento do acordo que foi celebrado em 2021 entre a ICOVI e essa entidade. É convicção da Administração que este acordo será cumprido, sendo que a recuperação do ativo deverá ocorrer com serviços que estão para ser contratados a esta entidade.

A Administração considera que a recuperação dos ativos referidos nos pontos 2 e 3 anteriores, que apresentam antiguidade considerável, são importantes para manter o equilíbrio financeiro da ICOVI e fazer face aos compromissos assumidos, designadamente para pagamento da amortização dos financiamentos e juros durante o ano de 2022.

5. Os resultados contabilísticos e os resultados para efeitos fiscais têm vindo a degradar-se nos últimos anos, pelo que, a Administração, de forma prudente, decidiu não reconhecer o imposto diferido ativo correspondente ao prejuízo

fiscal estimado para o ano 2021 que é de 216 milhares de euros, tal como sucedeu quanto aos prejuízos fiscais de 2020 e 2019.

A expectativa da Administração é que a reformulação da atividade iniciada em 2020, potencie favoravelmente os resultados futuros, os quais deverão ser suficientes para deduzir, na sua grande maioria, os prejuízos fiscais acumulados, os quais ascendem a cerca de 1,2 milhões de euros. Consequentemente, considera-se provável a realização do ativo apresentado na rubrica “Ativos por impostos diferidos”, que em 31/12/2021 e em 31/12/2020 ascende a 111.310,24 euros.

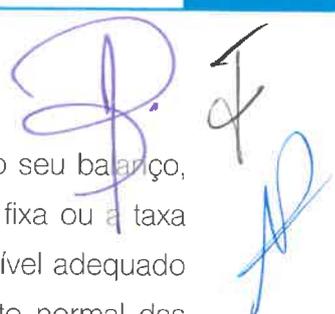
No passivo destacam-se os seguintes aspetos:

1. O passivo total ascende a 5.822.319,63 euros (5.990.836,70 euros em 31/12/2020) e o passivo corrente ascende a 867.925,53 euros (714.886,07 euros em 31/12/2020).
2. Os financiamentos que ascendem a 3.576.085,49 euros (3.679.259,83 euros em 31/12/2020), dos quais 514.261,84 euros em passivo corrente (375.194,36 em 31/12/2020). Refere-se que os financiamentos estiveram abrangidos pelo regime de moratórias em vigor durante a pandemia (terminou em setembro de 2021)..
3. Finalmente, no passivo destaca-se o Imposto a pagar relativo aos subsídios ao investimento, no valor de 1.892.570,45 euros (1.917.057,09 euros em 31/12/2020), o qual está apresentado no passivo não corrente, na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A ICOVI, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias: (i) Risco de taxa de juro; (ii) Risco de taxa de câmbio; (iii) Risco de liquidez; (iv) Risco de crédito; (v) Risco de mercado.

A Administração tem estado empenhada e assume a responsabilidade pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da ICOVI, orientadas em função das suas preocupações essenciais.



A exposição da ICOVI ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades da empresa como também fazer face a eventuais operações de carácter extraordinário. Atendendo à situação financeira da ICOVI e apesar do volume de financiamentos ainda estar acima do desejável, o risco de taxa de juro considera-se ainda moderado, nomeadamente porque em 2019 foram contratados financiamentos em condições muito mais favoráveis.

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente ou de qualquer outra entidade devedora, relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas no âmbito da sua atividade. A Administração está empenhada na gestão permanente dos créditos a receber, bem como o acompanhamento da evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrábilidade. O principal risco de crédito está associado aos saldos a receber das entidades envolvidas no projeto “Covilhã Solar”, no entanto, a Administração considera que as expectativas de cobrança são positivas, tendo em conta os desenvolvimentos recentes de negociação com estas entidades, e por isso entende que este risco é ainda reduzido.

A Administração procura efetuar um planeamento rigoroso dos serviços que presta, sendo de referir que a ICOVI não está exposta de forma significativa às flutuações de mercado, mas depende fortemente das intenções e decisões do Município da Covilhã. Pese embora este condicionalismo, a Administração está empenhada em ter níveis de atividade e estrutura adequados para aumentar os níveis de rentabilidade e os resultados futuros.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração propõe que o resultado líquido negativo de 257.713,59 euros, seja transferido para a conta de resultados transitados.

Tortosendo, 22 de abril de 2022

AS CONTAS

Handwritten signatures in blue ink, consisting of several stylized, overlapping characters.

BALANÇO

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	72.205.538,19	72.893.107,61
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	7.729.318,45	7.504.098,17
Ativos por impostos diferidos	10	111.310,24	111.310,24
Sub - total		80.046.166,88	80.508.516,02
Ativo corrente			
Inventários	6 e 11	935.213,43	935.213,43
Clientes	12	318.708,43	204.882,05
Estado e outros entes públicos	13	5.692,43	5.586,30
Outros créditos a receber	14	179.991,60	125.024,34
Diferimentos	15	17.255,74	88.732,04
Caixa e depósitos bancários	5	511.296,44	372.018,08
Sub - total		1.968.158,07	1.731.456,24
Total do ativo		82.014.324,95	82.239.972,26
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	64.000.000,00	64.000.000,00
Reservas legais	16	161.846,61	161.846,61
Outras reservas	16	2.941.101,81	2.941.101,81
Resultados transitados	6 e 16	-1.150.915,32	-997.012,14
Ajustamentos / outras variações do capital próprio	16	10.497.685,81	10.378.072,51
Sub - total		76.449.718,91	76.484.008,79
Resultado líquido do período	16	-257.713,59	-234.873,23
Total do capital próprio		76.192.005,32	76.249.135,56
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	3.061.823,65	3.304.065,47
Outras dívidas a pagar	18	1.892.570,45	1.971.885,16
Sub - total		4.954.394,10	5.275.950,63
Passivo corrente			
Fornecedores	19	31.991,85	46.585,29
Estado e outros entes públicos	20	40.986,44	31.607,65
Financiamentos obtidos	17	514.261,84	375.194,36
Outras dívidas a pagar	18	221.773,61	202.586,98
Diferimentos	21	58.911,79	58.911,79
Sub - total		867.925,53	714.886,07
Total do passivo		5.822.319,63	5.990.836,70
Total do capital próprio e do passivo		82.014.324,95	82.239.972,26

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	22	898.293,76	854.561,39
Subsídios à exploração	23		18.596,38
Ganhos/perdas imp. de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	45.587,43	151.977,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-10.622,25	-11.769,20
Fornecimentos e serviços externos	24	-236.067,07	-227.801,34
Gastos com o pessoal	25	-425.043,80	-440.947,10
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-844,60	
Outros rendimentos	26	306.247,93	298.498,97
Outros gastos	27	-57.180,55	-138.047,28
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		520.370,85	505.069,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-697.398,73	-694.689,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-177.027,88	-189.620,46
Juros e gastos similares suportados	29	-78.645,15	-43.326,84
Resultado antes de impostos		-255.673,03	-232.947,30
Imposto sobre o rendimento do período	30	-2.040,56	-1.925,93
Resultado líquido do período		-257.713,59	-234.873,23

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		906.917,98	957.360,40
Pagamentos a fornecedores		-317.433,57	-304.364,85
Subsídios à exploração		16.823,53	74.328,11
Pagamentos ao pessoal		-330.523,05	-370.806,37
Caixa gerada pelas operações		275.784,89	356.517,29
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento		-1.225,93	-1.301,74
Outros recebimentos / pagamentos		-177.491,79	-189.560,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		97.067,17	165.655,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-10.983,98	-25.726,96
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-10.983,98	-25.726,96
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos		232.947,30	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-118.399,83	-127.324,61
Juros e gastos similares		-48.081,13	-22.168,23
Pagamento de leasings		-13.271,17	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		53.195,17	-149.492,84
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		139.278,36	-9.564,72
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	372.018,08	381.582,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	511.296,44	372.018,08
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo final - saldo inicial)		139.278,36	-9.564,72

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS 2021

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2020	1	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-997.012,14	10.378.072,51	-234.873,23	76.249.135,56
Alterações no período								
Resultados não atribuídos (MEP)	16				-151.977,25	151.977,25		
Outros movimentos no capital próprio da subsidiária (MEP)	16					179.632,85		179.632,85
Cobertura de prejuízos realizada pelo Município	16				232.947,30			
Aplicação do resultado de 2020	16				-234.873,23		234.873,23	
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	16					-289.647,85		-289.647,85
Imputação aos outros rendimentos - depreciação dos bens doados	16					-1.663,66		-1.663,66
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar	16					79.314,71		79.314,71
Sub - total	2				-153.903,18	119.613,30	234.873,23	-32.363,95
Resultado líquido do período	3						-257.713,59	-257.713,59
Resultado integral	4						-257.713,59	-257.713,59
Operações com detentores do capital próprio	5							
Posição no fim do período de 2021	6=1+2+3+5	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-1.150.915,32	10.497.685,81	-257.713,59	76.192.005,32

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS 2020

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31. de Dezembro de 2019	1	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-621.815,68	10.203.498,79	18.767,14	76.703.398,67
Alterações no período								
Resultados não atribuídos (MEP)	16				-393.963,60	393.963,60		
Outros movimentos no capital próprio da subsidiária (MEP)	16				18.767,14	-7.657,34	-18.767,14	-7.657,34
Aplicação do resultado de 2019	16							
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	16				-289.722,37		-289.722,37	-289.722,37
Imputação aos outros rendimentos - depreciação dos bens doados	16					-1.663,67	-1.663,67	-1.663,67
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar	16					79.653,50	79.653,50	79.653,50
Sub - total	2				-375.196,46	174.573,72	-18.767,14	-219.389,88
Resultado líquido de 2020	3						-234.873,23	-234.873,23
Resultado integral	4						-234.873,23	-234.873,23
Operações com detentores do capital próprio	5							
Posição no fim do período de 2020	6=1+2+3+5	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-997.012,14	10.378.072,51	-234.873,23	76.249.135,56

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da empresa: ICOVI-Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M. com o número de identificação de pessoa coletiva 508282322.

Sede: Avenida Viriato, 194 - Tortosendo

Natureza da atividade

A ICOVI é uma empresa municipal, foi constituída em 2008. O capital da empresa é de 64.000.000 euros sendo detido a 100% pelo Município da Covilhã. Tem por atividade principal a captação e tratamento de água CAE 36001.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho republicado pelo decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).

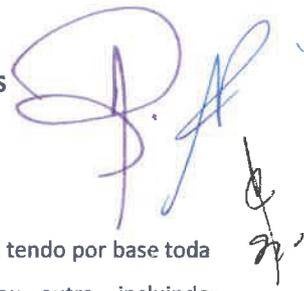
3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF — DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

A adoção das NCRF nos termos definidos no Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho, ocorreu pela primeira vez em 2016. As Demonstrações Financeiras de 2016 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

J
C

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS



4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar*”.

4.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

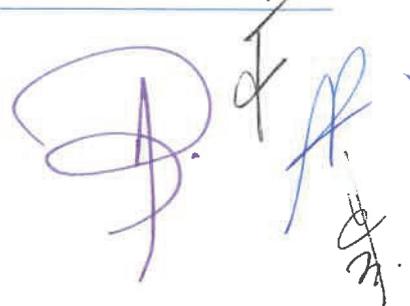
4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.



4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

No âmbito do processo de cisão os bens do ativo fixo tangível que passaram para a ICOVI foram reconhecidos na data da cisão como se segue:

- i. a quantia bruta que transitou da sociedade cindida foi reconhecida como quantia bruta na ICOVI;
- ii. as depreciações acumuladas na sociedade cindida à data da cisão foram reconhecidas na ICOVI como depreciações acumuladas. Após a data da cisão, os bens referidos estão a ser depreciados em função da vida útil estimada pela Administração.

As reintegrações do exercício referentes aos bens que resultaram do processo de cisão, foram determinadas de acordo com o estudo realizado pelo departamento técnico, à data da cisão. De acordo com este estudo foram definidas as seguintes vidas uteis, com destaque para os bens seguintes:

- ETAR das Penhas da Saúde - 65 anos;
- Zonas verdes e Captações de água: 32 anos;
- Câmaras de Perca de Carga - 75 anos;
- Redes de Esgotos - 160 anos;
- Reservatórios - 136 anos;
- Redes de distribuição de água em fibrocimento: 100 anos;
- Conduas Adutoras, Redes de distribuição de Água e Tanques de Rega - 175 anos;
- Estação de Tratamento de Água – 75 anos;
- Barragem do Viriato- 150 anos;
- Restante Equipamento Básico: 8 anos.

Ainda de acordo com este estudo, a entidade também estimou um valor residual para os bens do Ativo Fixo Imobilizado, que resumidamente foi de:

- ETAR das Penhas da Saúde (30% do valor escriturado);
- Câmaras de Perca de Carga (50% do valor escriturado);
- Redes de Esgotos e Zonas Verdes (60% do valor escriturado);
- Reservatórios (70% do valor escriturado);
- Conduas Adutoras, Redes de distribuição de Água e Tanques de Rega (75% do valor escriturado).

As depreciações dos bens adquiridos após a data da cisão são calculadas às taxas de amortização previstas na legislação fiscal, eventualmente ajustadas nos casos em que a Administração da ICOVI entende que as vidas uteis estimadas são diferentes.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”. Os dispêndios iniciais suportados com a contratação dos financiamentos foram diferidos, sendo imputados aos resultados numa base sistemática ao longo do período de amortização.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido.

Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade assim determinadas.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas. Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são

similarmen~~t~~e eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;
 - (ii) Alterações na taxa de câmbio
 - (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no capital próprio gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças

temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e Outros Créditos a receber);
- IV. Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis;
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento a receber ou a restituir;
- VI. Apuramento das imparidades relativas a outros créditos a receber.

4.2.10. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado

monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2021 e em 31/12/2020 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Numerário	11	862,10	3.112,79
Depósitos à ordem	12	510.434,34	368.905,29
Total		511.296,44	372.018,08

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi efetuado um ajustamento à rubrica de inventários no valor de 32.296,83 euros, imputável ao ano de 2017. Para garantir a comparabilidade da informação financeira, foram reexpressas as rubricas do balanço conforme quadro seguinte.

Descrição	Balanço do exercício findo em 31/12/2020	Ajustamento aos comparativos	Balanço do exercício findo em 31/12/2020 (comparativo 2021)
Inventários	967.510,26	-32.296,83	935.213,43
Total do ativo	82.272.269,09	-32.296,83	82.239.972,26
Resultados transitados	-964.715,31	-32.296,83	-997.012,14
Capital próprio	76.281.432,39	-32.296,83	76.249.135,56

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2021						Total
	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos							
Saldo inicial	2.604.561,86	65.044.075,34	12.599.827,37	111.899,25	22.090,18	919.318,72	81.301.772,72
Aquisições			4.809,00		5.020,31		9.829,31
Saldo final	2.604.561,86	65.044.075,34	12.604.636,37	111.899,25	27.110,49	919.318,72	81.311.602,03
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	5.652,86	4.840.167,78	3.325.369,84	49.988,81	16.179,03	171.306,79	8.408.665,11
Depreciações o exercício	1.785,11	210.541,86	413.895,94	13.313,68	2.660,62	55.201,52	697.398,73
Transferências / Abates							
Saldo final	7.437,97	5.050.709,64	3.739.265,78	63.302,49	18.839,65	226.508,31	9.106.063,84
Ativo líquido	2.597.123,89	59.993.365,70	8.865.370,59	48.596,76	8.270,84	692.810,41	72.205.538,19

2020							
Descrição	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	2.604.561,86	65.103.528,29	12.619.632,87	111.899,25	22.090,18	929.388,96	81.391.101,41
Aquisições						4.283,24	4.283,24
Alienações		-59.452,95	-19.805,50			-14.353,48	-93.611,93
Saldo final	2.604.561,86	65.044.075,34	12.599.827,37	111.899,25	22.090,18	919.318,72	81.301.772,72
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	3.867,74	4.656.875,19	2.936.152,36	36.280,76	13.977,37	119.440,89	7.766.594,31
Alienações	1.785,12	216.487,15	400.275,55	13.708,05	2.201,66	56.632,00	691.089,53
Depreciações o exercício		-33.194,56	-11.058,07			-4.766,10	-49.018,73
Saldo final	5.652,86	4.840.167,78	3.325.369,84	49.988,81	16.179,03	171.306,79	8.408.665,11
Ativo líquido	2.598.909,00	60.203.907,56	9.274.457,53	61.910,44	5.911,15	748.011,93	72.893.107,61

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, eram referentes ao direito de recolha de água em propriedade pertencente a uma entidade privada, adquirido em final de 2017, e vigorou por um período de 3 anos com início em janeiro de 2018 e término em final de 2020.

O custo de aquisição foi de 10,8 milhares de euros e a amortização praticada anualmente corresponde a 1/3 do custo de aquisição (vida útil de 3 anos), ou seja, foi de 3,6 milhares de euros (tendo terminado a depreciação em 2020).

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2021 em 31/12/2019 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, foi o seguinte:

2021						
Descrição	%	31-12-2020	Imputação de outras variações no capital próprio da participada	Imputação do resultado líquido da participada	31-12-2021	
ADC - Águas da Covilhã, E.M.	51,00%	7.504.098,17	179.632,85	45.587,43	7.729.318,45	
Total	51,00%	7.504.098,17	179.632,85	45.587,43	7.729.318,45	

Descrição	%	2020		Imputação de outras variações no capital próprio da participada	Imputação do resultado líquido da participada	31-12-2020
		31-12-2019				
ADC - Águas da Covilhã, E.M.	51,00%	7.359.778,26		-7.657,34	151.977,25	7.504.098,17
Total	51,00%	7.359.778,26		-7.657,34	151.977,25	7.504.098,17

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras da entidade ADC – Águas da Covilhã, E.M. com referência a 31/12/2021 e 31/12/2020.

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), atualmente à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC, acresce ainda a derrama municipal e a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes que não relevam para efeitos fiscais. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Resultado antes de impostos (contabilístico), prejuízo fiscal / lucro tributável e detalhe do imposto

Descrição	2021	2020
1 Resultados antes de impostos	-255.673,03	-232.947,30
2 Taxa do imposto	21,00%	21,00%
3 Imposto do exercício (corrente)	2.040,56	1.925,30
4 Prejuízo fiscal / lucro tributável	-216.684,79	-214.179,44
5 Imposto sobre o rendimento		
6 Tributações autónomas e derrama	-2.040,56	-1.925,93
7 Imposto total = 5 + 6	-2.040,56	-1.925,93

Conciliação entre resultado antes de impostos (contabilístico) e prejuízo fiscal / lucro tributável

Descrição	Período	
	2021	2020
Resultados antes de impostos	-255.673,03	-232.947,30
Anulação do efeito nos resultados da aplicação do MEP	-45.587,43	-151.977,25
Subsídio ao investimento correspondente às quotas perdidas	67.625,65	69.080,63
Perdas por imparidade em outros créditos a receber	-844,60	
Outras correções fiscais	17.794,62	101.664,48
Prejuízo / lucro tributável	-216.684,79	-214.179,44

Cálculo do imposto diferido (prejuízos fiscais dedutíveis)

Em anos anteriores a ICOVI reconheceu os impostos diferidos ativos no valor de 111.310,24 euros, correspondente aos prejuízos fiscais gerados em períodos anteriores a 2019.

Os resultados contabilísticos e os resultados para efeitos fiscais têm vindo a degradar-se nos últimos anos, incluindo em 2020 e 2021, pelo que, a Administração, de forma prudente, decidiu não reconhecer os ativos por impostos diferidos correspondentes aos prejuízos fiscais de 2019, 2020 e 2021.

Exercício em que o prejuízo é gerado	Valor do Prejuízo dedutível em períodos futuros
2016	104.883,20
2017	143.455,48
2018	253.042,70
2019	273.135,60
2020	214.179,44
2021	216.684,79
	1.205.381,21

11 INVENTÁRIOS

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, a rubrica “inventários” evidencia um total de 935.213,43 euros, referente a trabalhos realizados em 2017 e 2018 em infraestruturas pertencentes ao Município da Covilhã e realizados pela ICOVI ao abrigo de protocolos celebrados entre estas entidades, cuja faturação ao Município está ainda pendente.

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	935.213,43	935.213,43
Saldo no fim do período	935.213,43	935.213,43

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi efetuado um ajustamento (negativo) à rubrica de inventários no valor de 32.296,83 euros, imputável ao ano de 2017. Para garantir a comparabilidade da informação financeira, foram reexpressas as rubricas do balanço conforme nota 6.

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Custo água comprada	5.750,00	5.750,00
Custo de outras matérias	4.872,25	6.019,20
Saldo no fim do período	10.622,25	11.769,20

12 CLIENTES

Em 31/12/2021 e 31/12/2020 a rubrica “clientes” apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Entidade participada	318.120,54	204.400,95
Outros clientes	587,89	481,10
Saldo no fim do período	318.708,43	204.882,05

13 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Em 31/12/2021 e 31/12/2020 a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
IRC - pagamento especial por conta	5.586,30	5.586,30
Imposto sobre o valor acrescentado	106,13	
Saldo no fim do período	5.692,43	5.586,30

O pagamento Especial por Conta teve origem nos anos de 2018, no valor de 2.788,72 euros e 2016, no valor de 2.797,58 euros.

14 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica “Outros créditos a receber” apresentava a seguinte composição:

Adiantamentos a fornecedores de investimentos	26.500,00	26.500,00
Fornecedores c/ corrente		1.801,95
Outros devedores - Consumos - Microgeração:		
Saldos outros devedores consumos microgeração entidade relacionada)		359,21
Saldos outros devedores consumos microgeração	103.984,18	102.364,39
Imparidades outros devedores consumos microgeração	-19.699,67	-18.937,50
Subsidio à exploração a receber - PDR 2020		11.936,29
Outros devedores	69.207,09	1.000,00
Saldo no fim do período	179.991,60	125.024,34

Em 2021 procedeu-se ao reforço das perdas por imparidade no montante de 844,60 euros. Administração procedeu à avaliação do risco associado a estas dívidas, concluindo que as imparidades reconhecidas são suficientes para fazer face ao risco de incobrabilidade identificado, não tendo havido variação das perdas por imparidade acumuladas.

15 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Diferimento ativo” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Seguros	5.239,75	3.826,49
Trabalhos especializados - créditos a obter		70.159,36
Gastos com financiamentos	12.015,99	14.746,19
Saldo no fim do período	17.255,74	88.732,04

Os dispêndios iniciais suportados com a contratação dos financiamentos foram diferidos, sendo imputados aos resultados numa base sistemática ao longo do período de amortização.

16 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO**Capital Subscrito**

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, o capital da Empresa totalmente subscrito e realizado é de 64.000.000 Euros, e pertence na totalidade ao Município da Covilhã.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 2021 a reserva legal ascendia a 161.846,61 euros, montante que já se verificava desde 2019.

Outras reservas

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outras reservas” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Reservas livres	928.486,58	928.486,58
Reservas estatutárias e outras	2.012.615,23	2.012.615,23
Saldo no fim do período	2.941.101,81	2.941.101,81

Resultados Transitados

No exercício findo em 31/12/2021 e em 31/12/2020, os movimentos na rubrica “Resultados transitados” foram os seguintes:

31-12-2019	Lucro / Prejuízos não atribuídos	Aplicação R L exercício anterior	31-12-2020
-621.815,68	-393.963,60	18.767,14	-997.012,14
-621.815,68	-393.963,60	18.767,14	-997.012,14

31-12-2020	Lucro / Prejuízos não atribuídos	Aplicação R L exercício anterior	Cobertura de prejuízo pelo Município	31-12-2021
-997.012,14	-151.977,25	-234.873,23	232.947,30	-1.150.915,32
-997.012,14	-151.977,25	-234.873,23	232.947,30	-1.150.915,32

Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Ajustamentos em ativos financeiros	3.094.230,95	2.762.620,85
Subsídios para investimentos	7.380.993,40	7.591.326,54
Doações	22.461,46	24.125,12
Saldo no fim do período	10.497.685,81	10.378.072,51

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, os movimentos na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” foram os seguintes:

Saldo em 31/12/2019	2.376.314,59
Lucro / prejuízos não atribuídos	393.963,60
Outras variações nos capitais próprios da participada	-7.657,34
Saldo em 31/12/2020	2.762.620,85
Lucro / prejuízos não atribuídos	151.977,25
Outras variações nos capitais próprios da participada	179.632,85
Saldo em 31/12/2021	3.094.230,95

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Subsídios ao Investimento” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Subsídios p/ investimentos - base tributável	9.218.735,78	9.508.383,63
Subsídios p/ investimentos - imposto a pagar	-1.837.742,38	-1.917.057,09
Saldo no fim do período	7.380.993,40	7.591.326,54

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, os movimentos na rubrica “Doações”, foram os seguintes:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo no início do período	24.125,12	25.788,79
Imputação da depreciação dos bens doados	-1.663,66	-1.663,67
Saldo no fim do período	22.461,46	24.125,12

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, os movimentos na rubrica “Subsídios ao Investimento”, foram os seguintes:

Movimentos	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Saldo no início do período	7.591.326,54	7.801.395,41
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	-289.647,85	-289.722,37
Reconhecimento de subsídios ao investimento - Imposto a pagar	79.314,71	79.653,50
Movimentos no período	-210.333,14	-210.068,87
Saldo no fim do período	7.380.993,40	7.591.326,54

17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Instituições de crédito	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Crédito Agrícola	99.884,77	488.335,80	588.220,57	71.810,59	529.751,74	601.562,33
Banco Santander	174.701,71	906.975,43	1.081.677,14	128.796,61	992.063,78	1.120.860,39
Caixa Crédito Agrícola	134.565,52	1.105.249,34	1.239.814,86	99.072,42	1.166.651,50	1.265.723,92
Eurobic	85.503,81	553.301,46	638.805,27	49.994,49	600.401,06	650.395,55
Loações Financeiras	19.606,03	7.961,62	27.567,65	25.520,25	15.196,94	40.717,19
Total	514.261,84	3.061.823,65	3.576.085,49	375.194,36	3.304.065,02	3.679.259,38

18 OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outras Dividas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021		31-12-2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Credores por acréscimo de gastos	98.717,47		84.197,26	
Outros credores - Município	18.869,38		19.633,72	
Outros credores - PDR 2020	98.756,00		98.756,00	
Outros credores - Imposto a pagar por subsídios reconhecidos no capital próprio (nota 16)		1.837.742,38		1.917.057,09
Outros credores - FCT	5.430,76			
Cauções - Loteadores de cisão		54.828,07		54.828,07
Saldo no fim do período	221.773,61	1.892.570,45	202.586,98	1.971.885,16

19 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Entidade participada	16.476,13	10.215,46
Outros fornecedores	15.515,72	36.369,83
Total	31.991,85	46.585,29

20 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Imposto sobre o rendimento (*)	840,56	725,93
Retenções efetuadas a terceiros	12.049,00	3.967,50
Imposto sobre o valor acrescentado	19.699,42	19.391,21
Contribuições para a segurança social	7.912,16	7.183,90
Penhoras a entregar ao estado	485,30	339,11
Total	40.986,44	31.607,65

(*) – Na rubrica Imposto sobre o rendimento o valor inscrito corresponde a tributações autónomas sobre a despesa sujeita, deduzido das retenções na fonte.

21 DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Diferimentos” no passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Rendimentos a reconhecer - alienação painéis	58.911,79	58.911,79
Saldo no fim do período	58.911,79	58.911,79

22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Vendas e serviços prestados” totalizou 898.293,76 euros e 854.561,19 euros respetivamente, apresentando a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Vendas		
Venda de Água	510.855,89	446.186,78
Microgeração	1.045,00	1.092,96
Total	511.900,89	447.279,74

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Prestações de serviços		
Análises de água	5.622,81	7.691,84
Disponibilização painéis microgeração	7.205,06	10.176,71
Renda de infraestruturas	373.565,00	389.413,10
Total	386.392,87	407.281,65

23 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

No exercício findo em 31/12/2021 a rubrica “Subsídios à exploração” não teve qualquer movimento. No exercício de 2020 teve um movimento de 18.596,38 euros relativo ao Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Trabalhos especializados	125.041,12	102.725,78
Publicidade e propaganda	12.301,49	3.630,00
Vigilância e segurança		74,99
Honorários	16.125,00	16.575,00
Conservação e reparação	45.946,48	66.723,68
Serviços bancários	984,98	842,74
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	9.563,25	7.223,36
Material escritório	198,01	3.343,94
Artigos para oferta	341,94	2.035,26
Outros fornecimentos	523,88	
Eletricidade	2.762,97	2.881,84
Combustíveis	4.759,15	3.187,61
Água	444,49	405,39
Outros Fluidos	7,60	
Deslocações e estadas	1.308,32	287,82
Outros serviços		34,75
Rendas e alugueres	384,80	
Comunicação	3.032,72	3.348,68
Seguros	6.466,94	8.347,37
Contencioso e notariado		62,00
Despesas de representação	1.712,66	860,84
Limpeza, higiene e conforto	3.850,24	4.976,55
Outros Serviços	311,03	233,74
Total	236.067,07	227.801,34

25 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações dos administradores	57.065,07	55.733,50
Remunerações do pessoal	283.083,29	293.848,02
Indemnizações		3.480,19
Encargos sobre remunerações	76.588,44	79.366,03
Seguros acidentes trabalho	6.845,36	6.737,36
Outros gastos com o pessoal	1.461,64	1.782,00
Total	425.043,80	440.947,10

26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Outros rendimentos suplementares	90,01	
Rendas e outros rendimentos em propriedades	4.800,00	4.800,00
Subsídios para investimentos	289.647,85	289.722,37
Correções relativas a exercícios anteriores	10.031,27	1.960,56
Imputação de depreciação de bens doados	1.663,66	1.663,67
Outros rendimentos	15,14	352,37
Total	306.247,93	298.498,97

27 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
IMI	28.466,46	30.093,14
Outros impostos	3.460,03	4.218,09
Gastos e perdas em investimentos não financeiros - abates		44.593,20
Donativos	12.700,00	
Quotizações	1.166,00	666,00
Outros gastos	11.388,06	58.476,85
Total	57.180,55	138.047,28

28 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	697.398,73	691.089,53
Ativos intangíveis (nota 8)		3.600,00
Total	697.398,73	694.689,53

29 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Juros com financiamentos obtidos	74.794,43	42.320,78
Juros com contratos de leasing	878,50	623,87
Juros de mora	0,00	5,16
Outros	2.972,22	377,03
Total	78.645,15	43.326,84

30 PARTES RELACIONADAS

A Icovi é detida em 100% pelo Município da Covilhã, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na entidade. Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a empresa apresentava os seguintes saldos com as partes relacionadas:

Rúbricas	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Cientes:		
A.D.C. - Águas da Covilhã (nota 12)	318.120,54	204.400,95
Total	318.120,54	204.400,95

Rúbricas	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores		
A.D.C. - Águas da Covilhã (nota 19)	16.476,13	10.215,46
Outras dívidas a pagar:		
A.D.C. - Águas da Covilhã (nota 18)		
Município da Covilhã (nota 18)	18.869,38	19.633,72
	18.869,38	19.633,72
Total	35.345,51	29.849,18

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano de 2020

Entidades	Fornecimentos e serviços externos	Vendas e prestações serviços	Outros rendimentos	Outros gastos
Município da Covilhã			2.400,00	
A.D.C. - Águas da Covilhã	23.990,39	843.291,72		122,00
Total	23.990,39	843.291,72	2.400,00	122,00

Ano de 2021

Entidades	Fornecimentos e serviços externos	Vendas e prestações serviços	Outros rendimentos	Outros gastos
Município da Covilhã			2.400,00	
A.D.C. - Águas da Covilhã	23.303,80	890.043,70		112,48
Total	23.303,80	890.043,70	2.400,00	112,48

31 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, e não existem ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

32 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das duas primeiras vagas do COVID -19 ocorridas durante 2020, o ano de 2021 foi extremamente afetado pelas vagas que se seguiram.

A Pandemia registou nos primeiros meses de 2022 novas vagas de uma nova variante que infelizmente tem afetado, ainda que com sintomas ligeiros ou mesmo assintomáticos.

No exercício de 2022 a pandemia mantém-se, e ainda fomos confrontados com uma nova situação, Guerra da Ucrânia, que irá trazer certamente um impacto enorme a nível dos gastos das Empresas e Instituições, voltando a

gerar-se um elevado grau de incerteza quanto às implicações no relato financeiro futuro, com efeitos que dependem da realidade de cada empresa e entidade.

33 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração propõe que o resultado líquido negativo de 257.713,59 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

34 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração aprovou as demonstrações financeiras em 2021 / 04 /22

Contabilista certificado



Jose Damasceno
Inscrito na OCC sob o n.º 1589

O Conselho de Administração

